

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021**

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS

FAZER ESTADO NO SERTÃO: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DO ESTADO
NO SERTÃO DE CANUDOS

RIO DE JANEIRO

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2021

Resumo: O presente trabalho foi desenvolvido tendo como aporte teórico as leituras e debates acerca do Estado, sua fundamentação e legitimação, assim como, sua ação. Esse trabalho é um recorte da pesquisa que venho desenvolvendo no mestrado nessa instituição e tem como objeto a construção do Açude Cocorobó, açude esse construído entre os anos de 1951 e 1969, sob o sítio histórico de Belo Monte e o povoado de Canudos, no sertão baiano imortalizado por Euclides da Cunha. O objetivo é fazer uma análise de como o Estado “se faz” no contexto brasileiro e como esse “fazer-se” do Estado pode ser objeto de estudo no caso do açude mencionado. Para tanto, iremos mobilizar quatro autores e autoras debatidos ao longo da disciplina, que são: o sociólogo Pierre Bourdieu, o antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima, a antropóloga Carla Costa Teixeira e a antropóloga e historiadora Adriana Facina.

Palavras-chave: Estado; sertão; seca; progresso; Canudos.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Introdução

O presente trabalho visa analisar de maneira sucinta como o Estado – nesse caso o Estado brasileiro – pode ser interpretado a partir das contribuições da antropologia e da sociologia, buscando ampliar a compreensão histórica, tendo como aporte teórico os intelectuais e pesquisadores e pesquisadoras dessas duas áreas das ciências sociais, que tem tanto a contribuir com a produção da área de história. Para tanto, buscaremos compreender como um caso particular pode ser analisado para entender alguns mecanismos do Estado brasileiro e sua atuação multifacetada, por vezes considerada contraditória.

Esse estudo de caso tem como objeto a construção do Açude Cocorobó, na região de Canudos. A construção desse açude impactou na submersão do sítio histórico de Belo Monte¹ e do povoado de Canudos². Canudos e o Cocorobó nos ajudam a compreender a ação do Estado no sertão³, assim como são fundamentais para compreender a forma como esse Estado se organizou nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo, a partir da ótica desenvolvimentista.

¹ Opto por usar o nome “Belo Monte” ao fazer referência a cidade construída por Antônio Conselheiro e os homens e mulheres sertanejos que o seguiam, por ser essa a nomenclatura mais comum que a população na cidade utilizava para aquele espaço. Nesse sentido, compreendo que essa é uma opção política e de pesquisa, mobilizando a ideia de “engajamento etnográfico” por “[...]compreender o mundo da perspectiva daqueles que o interpretam e nele atuam”. Presente no capítulo em: TEIXEIRA, Carla; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz. “*Nada precisa ser como é: Etnografia das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais.*” In: TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo (orgs.) Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais. Brasília: ABA Publicações, 2019. O nome “Canudos” associado a compreensão superficial feita pelo Estado, pela imprensa e por Euclides da Cunha.

² Acabada a guerra em 5 de outubro de 1897, no começo do século XX, provavelmente no ano de 1909, parte dos homens e mulheres do sertão que sobreviveram ao massacre retornam para a região e lá (re)fundam um povoado no entorno das ruínas de Belo Monte. O povoado/distrito de Canudos – atualmente conhecido como Segunda Canudos – vai existir até o final da década de 1960, quando começa a se esvaziar com a eminência de conclusão do Açude Cocorobó e a submersão pelas águas do Vaza Barris.

³ Gostaria de apontar aqui para o uso da palavra “sertão”. Ao longo desse texto buscarei usar a palavra “sertão” a partir de uma compreensão política e que tem em si uma conotação discursiva. Explico melhor, “sertão” em grande parte da história do Brasil foi utilizado para falar de barbárie, do lugar ermo, isolado, em que a civilização estava ausente. É nesse sentido, mas a partir de uma leitura crítica que esse termo será usado, pois são esses espaços do sertão que o Estado buscará se instalar para fazer o Estado, o território.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Enquanto historiador de formação, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e aluno de mestrado em um programa de pós-graduação categorizado nessa mesma área – História – pela CAPES, destaco que em parte expressiva da minha formação tive contato com a produção de conhecimento das ciências sociais. Não houve durante a minha formação momentos de desconfiança e/ou conflito com outras áreas das humanidades, sobretudo, das ciências sociais. Porém, no final da graduação e já no curso de mestrado, pude compreender melhor que a interlocução com as ciências sociais demandava uma maior articulação, tendo em vista a recorrência de trabalhos na área de história que relegam a questão teórica e as contribuições da análise sociológica e antropológica, contrastando com a primazia dada a descrição e a análise de fontes.

Essa compreensão ficou mais evidente após ter contato com a obra “História e Teoria Social”, do historiador inglês Peter Burke – ainda na graduação. Para tanto, utilizo as palavras de Bourdieu ao mencionar Michel Serres, “[...] um dos grandes fenômenos de censura nas ciências tem a ver com as divisões entre as ciências. A censura se exerce pelo fato de dividir o saber e de fazer com que certas coisas se tornem impensáveis dos dois lados da fronteira.”⁴

Buscando compreender o Estado *em ação*⁵ ou o *fazer* Estado, iremos analisar documentos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e mensagem[ns] ao Congresso Nacional dos presidentes das décadas de 1940 e 1950, com o objetivo de entender a atuação ou as maneiras como o Estado *se faz* no sertão semiárido⁶.

Estado em ação: Belo Monte, entre autonomia e rebeldia

⁴ BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92). Editora Companhia das Letras, 2014, p. 198.

⁵ Segundo Teixeira e Souza Lima, “A expressão “Estado em ação” deve-se ao importante título de Jobert e Muller (1987), com larga influência no “subcampo” da análise das políticas públicas em Ciência Política[...]”. TEXEIRA, Carla Costa; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. “A Antropologia da Administração da Governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?”. In: MARTINS, Carlos Benedito (coord.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 52.

⁶ Resguardado certo anacronismo, ao longo do texto iremos fazer referência ao “sertão semiárido” ao tratarmos do nosso objeto de pesquisa, o sertão semiárido do atual Nordeste. Fazendo uma distinção entre “sertão” como categoria política e discursiva e “sertão semiárido” como categoria geográfica e política.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O sociólogo Pierre Bourdieu, no livro que remete aos cursos dados no Collège de France no final da década de 1980 e início da década de 1990, faz diversas reflexões e mobiliza algumas teorias sobre a fundamentação do Estado a *sua ação*, melhor dizendo, sobre seu *fazer* – quer seja o Estado moderno ou seus antecessores. São inúmeras as contribuições que essa obra tem para compreendermos o Estado no Brasil, começaremos então por falar de uma delas.

Para Bourdieu, é recorrente que um ou outro modelo de Estado e seus desdobramentos, assim como seu desenvolvimento, sejam utilizados como parâmetro para analisar e medir os demais Estados. Contudo, esse recurso analítico, que em geral se reveste de um discurso de naturalização e universalização, nada mais é que um caso particular buscando se impor como regra geral, como padrão. A esse processo ele nomeia como “efeito de imposição”. Nesse sentido, essa proposição que os Estados tiveram modelos de *fazer-se* e de origem é muito pertinente para as pesquisas que tenham como mote o Estado no Brasil ou o Estado brasileiro. Dessa maneira é possível almejar que escapamos da armadilha do modelo “ideal” ou idealizado, muitas vezes comum nos escritos acadêmicos e ainda mais recorrente em debates de senso comum e em referências na mídia, quase sempre calcada na ideia de “atraso” brasileiro.

Como nos capítulos aqui referenciados Bourdieu quase sempre está dialogando com teorias desenvolvidas por outros pesquisadores, que analisam o Estado, temos a oportunidade de falar sobre Norbert Elias e Charles Tilly por meio de Bourdieu. Ao analisar as contribuições de Elias, Bourdieu nos apresenta o “processo de monopolização”, que nos serve para compreender o *fazer-se* Estado, recorrente no caso brasileiro, do qual a Guerra de Canudos ou a guerra contra Belo Monte é um traço. Juntamente com outros momentos do *fazer-se* Estado em armas, ou por meio da guerra, ele aponta que nesse tipo de ação o objetivo é “um só Estado e uma pacificação interna ao fim de uma série de guerras que conduz a paz interna”⁷ e a inviolabilidade do território. Para melhor encadear as ideias de Bourdieu, destaco o seguinte trecho

O Estado se faz fazendo-se Estado. Eis a fórmula simplificada. De modo mais rigoroso, a construção do Estado como campo relativamente autônomo

⁷ Ibid. p. 202.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

exercendo poder de centralização da força física e da força simbólica, e constituído assim em objeto de lutas, está inseparavelmente acompanhada pela construção do espaço social unificado que é de sua alçada.⁸

A História de Belo Monte e de Canudos nos fornece momentos e questões importantes para refletir sobre a construção do Estado brasileiro, desse Estado que vai *fazendo-se* por múltiplos processos.

Para o Estado que arrogava a si um território delimitado, era necessário que os grupos dentro desse território o reconhecessem como detentor do poder legítimo, em caso de dissenso a guerra poderia ser uma alternativa, ao mesmo tempo contribuía para o *fazer-se* do Estado, pois estava “Entre os fatores que contribuiriam para a constituição dos Estados[...]”. Fazer a guerra fazia o Estado e o Estado precisa se fazer para ser reconhecido como existente. Pode parecer um jogo de palavras, mas para Bourdieu, esse era um ponto essencial para compreender o que é o Estado. Para ele, compreender a existência do Estado passava por “fazer uma análise genética”⁹ do mesmo, que também é apontado como “adensamento” por Souza Lima e Facina.

É necessário delimitar que, a relação que Belo Monte manteve ao longo de pouco mais de 4 anos de existência pode ser dividida em dois momentos, um que caracterizo como de “autonomia” e outro que caracterizo como de “rebeldia”. Porém, essa divisão não tem a pretensão de ser arbitrária, isto porque a “autonomia” de Belo Monte foi permeada por alguns conflitos. Contudo, a “rebeldia” tem um traço mais delimitado, tendo em vista que essa virada ocorre a partir da expedição do exército, comandada pelo Coronel Moreira César, transformando Belo Monte e o sertão baiano em um cenário de guerra.

Canudos: viver com a seca ou sobreviver com as águas do progresso?

O Estado que no final do século XIX age por meio da *violência física* no sertão da Bahia, destruindo Belo Monte e massacrando milhares de sertanejos, irá agir nessa mesma região por meio de outra forma de violência, a *violência simbólica*¹⁰. O Estado

⁸ Ibid, p. 194.

⁹ Ibid, p. 195.

¹⁰ Ao mobilizarmos os conceitos de *violência física* e *violência simbólica* o fazemos tendo como referência a obra de Pierre Bourdieu já mencionada nesse trabalho, chamada “Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92).”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

em ação no sertão se mostra quase sempre como um agente das elites citadinas, sobretudo, aquelas das capitais litorâneas – especialmente a capital da República, o Rio de Janeiro. Onde esse Estado se reveste de maior poder sobre a população e o território, para sustentar essa afirmação mobilizo as reflexões de Bourdieu, ao falar que “[...]o Estado é uma potência simbólica” e onde esse Estado nasce, nas capitais concentradas no litoral, e é nesses espaços que ele tende a ter arranjos institucionais e capacidade de mobilização maior. Sua construção e consolidação se dá inclusive no processo de “conquista” dos sertões, quer sejam os sertões amazônicos, semiáridos, do cerrado, dentre outros.

Ao longo do século XX foram muitos os projetos de Estado e de nação que estiveram em disputa, por vezes com a prevalência de determinados projetos e em outras situações coexistindo paralelamente projetos complementares e/ou antagônicos. Esse processo é muito bem descrito por Carla Teixeira, Andréa Lobo e Luiz Abreu, ao apontarem a necessidade de

Tentar pensar e pesquisar as instituições exige de todos nós o cuidado de não as tomar como um dado da realidade, como um organismo identificável por suas normas, organogramas, edificações, equipes e, numa linguagem mais contemporânea suas “missões institucionais”. Embora muitas vezes assim se apresentem, as instituições se constituem em espaços e tempos específicos, a partir de disputas e relações de poder que nelas não se esgotam. São parte de um processo histórico conflituoso no curso do qual algumas práticas e valores saíram vitoriosas e lograram se estabilizar. E ao se estabilizarem tendem a negar sua própria historicidade e a apresentar-se como se fossem parte da natureza intrínseca do mundo social[...]¹¹

Mesmo que nesse trecho a referência seja a “instituições”, e aí penso no DNOCS como exemplo desse processo, ele também é pertinente para refletirmos sobre o Estado.

Para isso gostaria de levantar dois questionamentos, acerca de modelos de Estado vigentes em momentos distintos no Brasil. Primeiro, o Estado republicano que convencionou-se chamar de “Primeira República” ou “República Velha”, que comumente tem sido caracterizado como “liberal”, ou até mesmo como “liberalismo

¹¹ TEIXEIRA, Carla; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz. “Nada precisa ser como é: Etnografia das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais.” In: TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo (orgs.) Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais. Brasília: ABA Publicações, 2019, p. 9.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

excludente”. Sem alongar muito esse questionamento, seria possível encaixar todo esse período dentro de um ou outro modelo de Estado? Partindo das proposições de Bourdieu, Souza Lima, Teixeira, Abreu e Facina, podemos compreender que não é possível. Isto porque, há flutuações, mudanças e disputas de poder constantes, com momentos de maior ou menor estabilidade e acomodação de divergências. Não que não possamos fazer generalizações sobre determinados períodos, o que compreendo e referencio a esses autores e autoras é que, “podemos observar um duplo movimento, o apagamento das lutas e, simultaneamente, a construção do presente como verdade tácita”¹².

Nosso segundo exemplo e proposição de reflexão acaba por ter maior influência sobre o objeto aqui debatido, nesse caso estamos nos referindo ao Estado Vargasista ou o Estado sob Vargas. Cabe fazer o mesmo questionamento sobre a organização desse Estado e juntamente com essa reflexão trago um outro apontamento que se desdobra deste. Pode o Estado no período que convencionou-se chamar de “Era Vargas” ser caracterizado apenas como corporativista ou interventor? E até mesmo o período que se segue a esse, entre 1945 e 1964, pode ser compreendido apenas na ideia nacional-desenvolvimentista? Antes de responder a essas questões é fundamental apontar o lugar que nós ocupamos como pesquisadores, já que temos “vínculo com “O Estado”, seja pela via das políticas de fomento à pesquisa e à pós-graduação [...], seja pelo horizonte cognoscitivo e reflexivo[...]"¹³, como salienta Souza Lima e Facina, ou mesmo como propõe Teixeira, ao indagar que “podemos aceitar o desafio de refletir sobre a especificidade dessa relação de poder e do nosso posicionamento nela”¹⁴.

Nesse sentido, o modelo de Estado desses dois períodos e que é fortemente marcado pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder executivo, não pode ser compreendido centrando-se na figura de Vargas, pois são múltiplos os projetos que

¹² Ibid, p. 9.

¹³ SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; FACINA, Adriana. “2019, Brasil: por que (ainda) estudar elites, instituições e processo de formação de Estado?”. In: TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo (orgs.) Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais. Brasília: ABA Publicações, 2019, p. 435.

¹⁴ TEIXEIRA, Carla Costa. “Pesquisando instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira”. In: CASTILHO, Sérgio; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa (org.). Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: ContraCapa/FAPERJ, 2014, p. 36.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estão em disputa durante o período, inclusive com proposições de retorno ao Estado nos moldes liberal.

A fim de explicitar essas mudanças no que concerne a ação do Estado para o sertão semiárido, dessa forma evidenciando que há heterogeneidade dentro das generalizações, trago para análise trechos de mensagens ao congresso nacional no decorrer do período intitulado nacional-desenvolvimentista.

Na Mensagem anterior, ao tratarmos dos problemas peculiares do Nordeste, deixei bem clara a conveniência da elaboração de um plano de defesa, a ser organizada com rigor técnico, capaz de assegurar aos investimentos que o Governo Federal deve efetuar nessa vasta região do território nacional a obtenção de um máximo de resultados positivos, no menor prazo possível. Trata-se de um conjunto de problemas que se entrosam numa articulação indissolúvel [...], sem descurar, todavia, os serviços de assistência econômica e social destinados à valorização de sua população. Na imensa área abrangida pelos diversos Estados do Nordeste devem ser bem delimitadas as regiões que estão a exigir uma maior soma de trabalhos e cuidados; são as suas áreas-problema[...] certas áreas especiais do Polígono das Sêcas, no território baiano.¹⁵

A mensagem encaminhada ao Congresso Nacional pelo presidente Eurico Gaspar Dutra pouco tem de peculiar, se comparada com a atuação do Estado em relação a seca no período anterior, mas é possível entender a partir dessa mensagem que há uma atenção especial para o sertão semiárido baiano, que em outros momentos não tem esse destaque. É ainda nessa fonte/documento que é possível encontrar a primeira menção a obras no rio Vaza-Barris, rio esse que corta a região de Canudos e no qual foi construído o Açude Cocorobó.

Porém, é com a segunda passagem de Getúlio Vargas no poder executivo que essa obra é colocada em prática. Podemos entender melhor o contexto da região e assim compreender a ação do Estado nesse momento. Como na mensagem ao congresso do ano de 1951.

Há que se, nesse sentido, antes do mais, o povoamento extensivo da região semi-árida; a amplitude de incidência das grandes secas; a existência recursos minerais e de recursos vegetais permanentes, mesmo nos períodos de deficiência ou falta de chuvas; a pertinácia com que o nordestino resiste à retirada, enquanto dispõe de qualquer meio de subsistência; e, finalmente, o fato, indiscutível, de que no deslocamento das populações, principalmente

¹⁵ DUTRA, Eurico Gaspar. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949, p. 237.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

tumultuário, é que sempre se caracterizam os aspectos mais calamitosos das secas.¹⁶

Para analisar esses fragmentos de fontes oficiais, as reflexões de Souza Lima são fundamentais, no sentido que

Levar a sério a ideia de processos de formação de Estado para se pensar a etnografia de políticas governamentais, de elites, de instituições burocráticas se reporta necessariamente ao feixe intrincado de ações conducentes, no longo prazo, à centralização dos poderes e da autoridade nos espaços de um território surgido de múltiplas conquistas, sobre povos e terras que até hoje, no plano ideológico, são tomadas como inconclusas: há sempre um espaço incógnito a ser conquistado[...]¹⁷

Nesse sentido, o espaço “a ser conquistado” é nesse trabalho chamado de sertão. Para o Estado, conquistar o sertão semiárido passava por controlar sua população e definir as diretrizes de como seria gerido aquele espaço. Ao utilizar a palavra “espaço”, não o faço de maneira automática, mas sim, partindo da ideia que o Estado modifica o espaço, conquista o território que antes estava dentro de suas fronteiras “apenas” virtualmente, apenas na lógica dos Estados-Nacionais modernos, mas que carecia de ser integrado ao “desenvolvimento” do litoral.

Para finalizar essa análise é mais do que pertinente, é essencial trazer duas mensagens do presidente Juscelino Kubitschek, a primeira datada de 1956, e a segunda de 1959. A ideia de Estado interventor, que visa o progresso econômico, estimulando a economia por meio de obras públicas e abertura ao capital estrangeiro, chamado de “desenvolvimentismo”, guarda uma relação estreita com os anos que Kubitschek esteve na presidência. Ao final do seu mandato esse fator teve um forte impulso na região semiárida e no Nordeste como um todo, a partir dos ideais de Celso Furtado. Na mensagem que se segue podemos analisar melhor esses fatores.

A integração dessa vasta área no quadro de uma política realista constitui exigência do mais alto interesse nacional[...].
[...], o Nordeste vem reclamando de longa data, reclamando novas diretrizes de administração e govêrno.
A ação do Estado nesse vasto segmento da Federação, exige transformações e aperfeiçoamentos radicais, impondo ampla coordenação administrativa e técnica dos órgãos federais que aí operam, no sentido de seu desenvolvimento econômico. Através do aproveitamento científico dos

¹⁶ VARGAS, Getúlio. Mensagem ao Congresso Nacional: apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Imprensa Nacional, 1951, p. 177.

¹⁷ Ibid, p. 439. SOUZA LIMA

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

recursos naturais e humanos, bem como da industrialização crescente, o planejamento regional poderá ter como resultado melhores índices de desenvolvimento equilibrado e condições de vida mais justas para as laboriosas populações nordestinas.

O Nordeste é um dos setores fundamentais da moderna política de valorização dos nossos grandes espaços subdesenvolvidos. As finalidades dessa política devem contribuir para dar sentido mais objetivo ao Sistema Federativo, a fim de corrigir os desníveis que se vêm observando entre as diversas regiões geoeconômicas, principalmente entre as unidades do norte e do sul do País.

No complexo dos problemas regionais do Nordeste, algumas existem desde o Império, que desafiam a capacidade empreendedora dos Governos.¹⁸

Aqui mais uma vez faço uso das palavras de Souza Lima e Facina, quando refletem que “[...]há inimigos a derrotar, povos a pacificar, territórios a ocupar, ímpios a converter e absorver, uma “civilização” a se impor e edificar[...]”, sobretudo quanto a “territórios a ocupar” e “uma civilização a se impor”, já que explicitamente esse é um dos objetivos, “dar sentido mais objetivo ao Sistema Federativo”, ou seja, integrar o território dos “sertões” ao projeto cidadão.

Para concluir essa análise, trago uma última mensagem presidencial, também de Juscelino Kubitschek, do ano de 1959. Nessa mensagem podemos observar que a ideia de atuação do Estado no sertão semiárido, ou como comumente era chamado na época, no Polígono das Secas, passa por uma mudança substancial. Essa mudança está muito vinculada a Celso Furtado, mas não somente, de maneira mais abrangente podemos atrelar essa mudança aos agentes do Estado que se mobilizaram para a criação de uma política de Estado voltada para o Nordeste, que impulsionou por sua vez a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE. Na mensagem de 1959

Como se disse, o ritmo diverso em que progredem as diferentes regiões do País vem criando graves problemas para a economia brasileira [...].

[...]não se pode enquadrar a solução dos problemas econômicos do Nordeste numa política limitada de combate às secas. Só através de um programa integral de desenvolvimento, será possível promover o afluxo adicional de recursos que permita a expansão dos investimentos. Esses recursos serão governamentais e privados, atraídos, estes últimos, pela melhoria da rentabilidade dos negócios, a que a política oficial dará ensejo.

O Plano de Ação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste sugeriu os lineamentos básicos dessa política, que leva em consideração a distinta natureza mesológica da hinterlândia seca e da faixa litorânea úmida.

¹⁸ KUBITSCHEK, Juscelino. Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Imprensa Nacional, 1956, p. 522.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Quanto à primeira dessas zonas, o programa de trabalho preconiza a reorganização de sua economia, com vistas a torná-la resistente ao impacto das secas – o que implica especializá-la na cultura das xerófilas e da pecuária, reduzindo-se o setor da agricultura a subsistência[...].
[...]O êxito desse tipo de combate ao subdesenvolvimento regional significará a sua aplicação a outras regiões, permitindo que, através do crescimento harmônico do País, se preserve a sua unidade política.¹⁹

A análise desse trecho da mensagem de Kubitschek de 1959 nos permite compreender que o Estado, o Estado *em ação*, não é estático. Onde aparenta existir tranquilidade e por traz do discurso de natural há “um nó de contradições”, como salienta Souza Lima e Facina. Nesse sentido, a mobilização que gerou a criação da SUDENE evidencia um sinal de mudança quanto a atuação no sertão semiárido, a ideia de combate a seca, passa a coexistir com a ideia de convivência e adaptação.

Conclusão

Ao longo desse trabalho buscamos levantar algumas questões e fazer breves apontamentos acerca do *fazer* do Estado, sobretudo, no que diz respeito ao *fazer* no espaço do sertão semiárido, região onde se insere Canudos e onde outrora se localizou a Belo Monte conselheirista. Contudo, gostaria de salientar o caráter ensaístico desse trabalho, sobretudo, devido ao objeto de análise aqui explicitado, o Açude Cocorobó e as interlocuções que busquei fazer a partir dele, haja vista que não é tarefa fácil compreender o Estado estando imerso nele, mas como foi apontado pelos pesquisadores e pesquisadoras aqui mobilizados, é tarefa fundamental, é urgente compreender o Estado de maneira crítica e desnaturalizada, mais uma vez mobilizo as palavras de Souza Lima e Facina nessa compreensão, que salientam que “Entender e desmontar a ideia de Estado não quer dizer mais uma vez achar que só ele e através dele se pode transformar a realidade, mas é uma das formas de purgar e romper com a sua magia totalizante.”²⁰ Para tanto, nosso esforço foi de compreender alguns momentos, acredito que momentos chave, na construção e legitimação do

¹⁹ KUBITSCHEK, Juscelino de. Mensagem enviada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional em 1959. Imprensa Nacional, 1959, p. 183-185.

²⁰ Ibid, p. 464.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Estado brasileiro, já que, segundo Souza Lima, “Não supomos, pois, um Estado-nação pronto de uma vez por todas[...]”²¹.

Referências

Fontes

- DUTRA, Eurico Gaspar. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- KUBITSCHKEK, Juscelino. Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Imprensa Nacional, 1956.
- KUBITSCHKEK, Juscelino de. Mensagem enviada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional em 1959. Imprensa Nacional, 1959.
- VARGAS, Getúlio. Mensagem ao Congresso Nacional: apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Imprensa Nacional, 1951.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92). Editora Companhia das Letras, 2014.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; FACINA, Adriana. “2019, Brasil: por que (ainda) estudar elites, instituições e processo de formação de Estado?”. In: TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo (orgs.) Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais. Brasília: ABA Publicações, 2019, p. 433-484.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. “Apresentação do Dossiê Fazendo Estado: O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal”. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 55, n. 2, 2012.

²¹ SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. “Apresentação do Dossiê Fazendo Estado: O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal”. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 55, n. 2, 2012, p. 561.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- TEIXEIRA, Carla; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz. “Nada precisa ser como é: Etnografia das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais.” In: TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo (orgs.) Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais. Brasília: ABA Publicações, 2019.
- TEIXEIRA, Carla Costa; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. “A Antropologia da Administração da Governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?”. In: MARTINS, Carlos Benedito (coord.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- TEIXEIRA, Carla Costa. “Pesquisando instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira”. In: CASTILHO, Sérgio; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa (org.). Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: ContraCapa/FAPERJ, 2014.